

Tiro pela culatra

A UE coloca o Brasil contra a parede: se não ajustar ambientalmente o seu sistema produtivo, poderá perder contratos. Dentro da porteira, há muita insegurança jurídica e, agora, uma MP impondo mudanças na gestão ambiental



Campanha negativa arranha
imagem do gado brasileiro

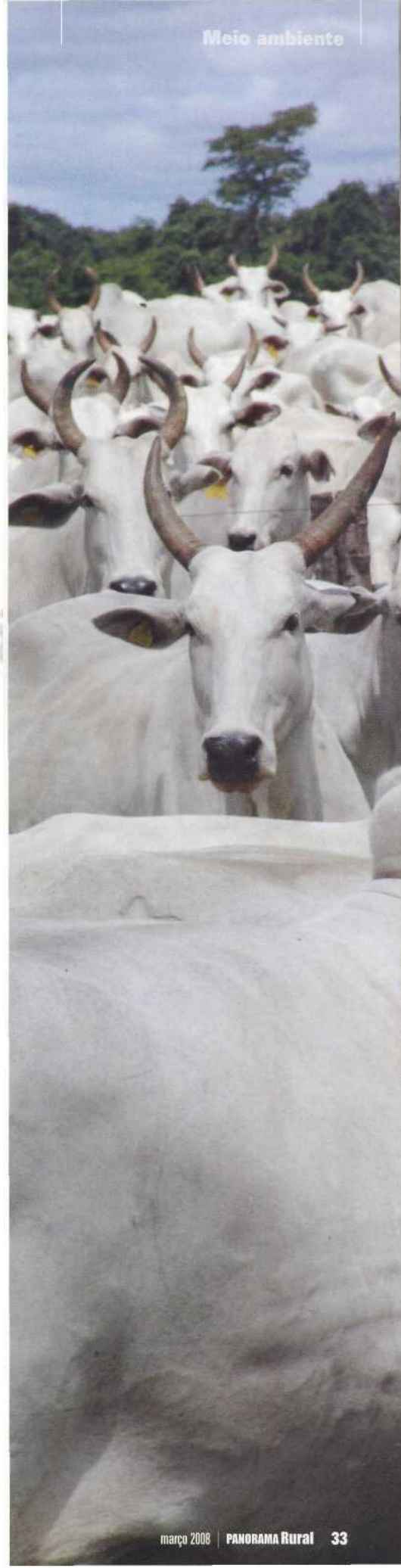
Toras de madeira cuidadosamente empilhadas na clareira tropical sob o título *La Matanza de los Inocentes*. Esta é a descrição se uma charge publicada no início do ano no jornal espanhol *El País*, uma espécie de pedrada na vidraça da Amazônia brasileira, carregada de duplo ou triplo sentido. A campanha negativa que vem arranhando a imagem do agronegócio brasileiro culminou neste mês de fevereiro, quando a União Européia embargou a carne do Brasil, sob o pretexto de possíveis falhas no sistema de rastreabilidade do gado, o Sisbov.

No final de 2007, a comitiva do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, ao desembarcar na Rússia em missão comercial, soube que um jornal local anunciara que a carne brasileira é misturada com a de macacos da floresta amazônica. Humor negro das estepes caucasianas fazendo as vezes de barreira comercial? A própria Rússia já havia anunciado a intenção de ampliar suas relações comerciais com o Brasil, como de fato o fez, recentemente, ao enviar emissários para conhecer *in loco* a qualidade da carne brasileira. Resta saber se é possível dissociar os interesses comerciais dessa campanha negativa.

Macacos também poderiam ser contados entre os inocentes cujas vidas a governadora Ana Julia Carepa prometeu defender dos crimes de "irresponsáveis acostumados a viver na ilegalidade". A mando dos donos de serrarias, manifestantes impediram a retirada de madeira ilegal, em Tailândia, no Pará, neste mês de fevereiro. Eles encurralaram fiscais, incendiaram carros e barraram a saída das toras confiscadas pelo Ibama. A valente governadora garantiu que os governos federal e estadual vão continuar coibindo a ação predatória no Pará. Semanas antes, a Polícia Federal anunciara a formação de uma força-tarefa, com mil homens, para identificar e levar aos tribunais os responsáveis pelo desmatamento na Amazônia.

Um eterno problema é o controle da repercussão dos fatos, porque aquilo que falam do nosso país mundo afora pesa em sua balança comercial. Pode custar caro ao Brasil, que emerge como superpotência agrícola, se não resgatar o seu "passivo", eliminar vicissitudes crônicas, enfim tudo o que possa riscar a imagem externa de sua agropecuária. É fato que a reputação do agronegócio tem sido desgastada pelo fracasso das políticas públicas e por pessoas acostumadas à ilegalidade, ao escravidão e à depredação dos recursos naturais. É uma minoria, sabe-se bem. Ocorre que, lá fora, os parceiros do comércio mundial não são menos truculentos. Vale tudo para minimizar as vantagens do Brasil. Uma arma muito usada é a contra-informação - termo técnico que substitui palavras como calúnia e difamação -, semeando inverdades na mídia como se fossem fatos, para enfraquecer a posição do Brasil, líder natural diante dos desafios do século XXI contra o aquecimento global, com abundante biomassa e um cacife considerável de plantas energéticas.

"Nosso maior problema lá fora é de imagem", confirma Rui Prado, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, Famato. "Por falta de comunicação, ficamos sujeitos a ser tema de notícias negativas na mídia. O fato é que nós não fizemos ainda um trabalho efetivo de marketing no mercado internacional". Acompanhando o governador Maggi à Europa, Rui Prado constatou que o serviço sanitário do Brasil corresponde às exigências das autoridades européias. "Mas isso não é suficiente. Falta marketing institucional", alerta.





O périplo do governador Maggi nos mercados onde o Mato Grosso quer atuar acabou mapeando os gargalos da comunicação. Em Paris, a delegação viveu o momento mais estressante da viagem. "Foi um encontro muito tenso porque tivemos de ouvir e rebater calúnias", contou Rui Prado à revista *Agroanalysis*. As organizações acusam os produtores de soja brasileiros de expulsarem o homem do campo e degradarem o meio ambiente. "Eles não conhecem a agricultura do Mato Grosso, que é um exemplo de consciência ambiental. Claro que existem problemas, mas nós queremos recuperar aquilo que foi degradado e tem sido mal utilizado", ressalva.

Em Bruxelas, sede do Parlamento Europeu, a delegação firmou pactos ambientais e assinou protocolos. "Mostramos às autoridades da União Européia que o Brasil está atento à questão da sustentabilidade, tanto do ponto de vista ambiental quanto do social". Em Bali, na Tailândia, a comissão participou da 13a Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU, o COP-13. Na paradisíaca ilha tailandesa, a delegação mato-grossense matou a cobra e mostrou o pau.

Entrem com o dinheiro

Os homens do campo geralmente são pragmáticos, competentes e espertos, no bom sentido. Como explicar à numerosa platéia de ambientalistas e representantes de 190 países, reunidos no COP-13, quenão se ganha dinheiro expandindo a área, mas melhorando a rentabilidade da unidade de produção? Que as fazendas mais produtivas de soja do Mato Grosso têm curvas de nível, reflorestamento, plantio direto, matas e nascentes preservadas, e que reciclam todas as embalagens de agrotóxicos? "Entrem no Google Earth e confirmem a produção de soja do Mato Grosso. Vão ver que em nosso estado pratica-se a consciência ambiental", desafiou Glauber Silveira, presidente da Aprosoja, que esteve em Bali, acompanhando a comitiva de Blairo Maggi.

A delegação brasileira apresentou o "Soja Verde" na Conferência do Clima, um programa que sugere que os países desenvolvidos façam aportes financeiros para financiar a reconversão ambiental de 100% das propriedades de soja do Mato Grosso. "As fazendas produtivas são todas ambientalmente corretas. É uma pequena parcela de produtores que não tem recursos para mudar o sistema de produção. Para isso é preciso dinheiro. Se o mundo contribuir, nós ajustaremos 100% delas". 2010 foi o prazo que os produtores assumiram, diante do COP-13, para ajustar ambientalmente todas as fazendas de soja do Mato Gros-

so, "desde que os países desenvolvidos entrem com o dinheiro".

Assim que desembarcou de volta ao Brasil, Glauber Silveira declarou à *Panorama Rural*, que o desmatamento só pode ser contido com renda. "Veja o que acontece nos assentamentos da Amazônia: se o agricultor está sem dinheiro para sobreviver, ele derruba tudo e vende a madeira", disse.

Por reunir três biomas - Cerrados, Pantanal e Amazônia -, o Mato Grosso é relevante para a balança comercial brasileira e também tem sido alvo da atenção mundial. Afinal, trata-se de um estado que dispõe de área, temperatura, clima, tecnologia, competência e investimentos da iniciativa privada suficientes para triplicar a produção de alimentos. Silveira diz que a maioria dos sojicultores pratica agricultura conservacionista. Ele próprio sugere uma visita - via Google Earth - à sua Fazenda Santa Paulina, em Campos de Julho. "Não é só na minha propriedade que a lição de casa é feita. Todo mundo que tem o mesmo grau de tecnologia faz o que estamos fazendo na Santa Paulina".

Em Bali, os produtores mato-grossenses apresentaram também uma pesquisa encomendada pela Aprosoja, cujos resultados indicam que apenas 1% da soja brasileira é cultivada na Amazônia. Nos últimos cinco anos, o grão foi plantado em 10% da área desmatada legalmente, que foi ocupada em apenas 2,5%, em 2006. Até 1999, 83,7% da soja do Mato Grosso tinha sido cultivada em áreas desmatadas.

A pesquisa revelou também que o Mato Grosso tem 61% de matas e florestas preservadas, e que a redução de área de plantio da soja foi de um milhão de hectares, nos últimos dois anos. No mesmo período a produção aumentou. E mais: o Brasil é o primeiro no ranking mundial em reciclagem de embalagens de agrotóxicos. Está bom assim, ou o mundo quer mais?

Vai faltar floresta

Por mais que a delegação mato-grossense tenha se esforçado, em Bali, em demonstrar disposição para regular a expansão agrícola em torno da Amazônia, não foi possível evitar as medidas que se sucederam dois meses depois, sendo uma delas o embargo à carne brasileira. Subjacente ao veto da União Européia, de indifereçável protecionismo, está claro que, com a crescente preocupação global em relação à mudança de clima, o Brasil está sob pressão, especialmente da UE, que coloca o país contra a parede: ou ajusta ambientalmente todo o seu sistema de produção ou se arrisca a perder contratos.



Soja é tida como a grande vilã do meio ambiente

"Pela primeira vez na história deste país", o governo federal começou a pegar pesado contra os desmatadores da Amazônia, apesar da deferência com que o presidente Lula tem-se dirigido ao agronegócio, como "a galinha dos ovos de ouro". Os fazendeiros foram pegos de surpresa pelo pacote de medidas do governo, em seguida ao anúncio dos dados do Instituto Nacio-

nal de Pesquisas Espaciais, Inpe.

Pelos números do Inpe, além dos 11 mil km quadrados de desmatamento, no último rastreamento anunciado ao mundo, entre agosto e dezembro de 2007 a Amazônia perdeu uma área equivalente a 50 campos de futebol: 3.235 quilômetros quadrados em cinco meses, numa época de chuvas e fora do padrão habitual. No

ano passado, a derrubada de 11 mil quilômetros quadrados se deu após uma queda de 59% desde 2004, quando registrou 27 mil quilômetros quadrados.

Diante dos números do Inpe, o governo anunciou um pacote de medidas. A principal delas estabeleceu que nenhuma árvore poderá ser derrubada nos 36 municípios responsáveis por 50% do desmatamento da Amazônia, enquanto os produtores rurais não cadastrarem suas terras. Sem cadastro, os fazendeiros não terão acesso ao crédito nem poderão negociar suas propriedades.

Há controvérsia a respeito. Por ora, prevalece o consenso de que a medida governamental pode fazer o tiro sair pela culatra. Na opinião de muitos, há o risco de ampliar ainda mais a fronteira agrícola na Amazônia. Coibidos pela decisão do governo, fazendeiros que já desmataram nos 36 municípios poderão derrubar novas áreas para continuar produzindo. Há quem diga que, se permanecer a disposição do Código Florestal, que restringe a 80% a reserva de mata virgem em fazendas da Amazônia, daqui a pouco não haverá mais desmatamento por falta de florestas - e de leis mais inteligentes.

INSEGURANÇA JURÍDICA

Editado na calada da noite, em 21 de dezembro de 2007, o decreto 6.321 impôs mudanças na gestão ambiental do país e atingiu diretamente 36 municípios, 19 dos quais mato-grossenses. Passado o período das festas natalinas, o setor produtivo rural em Mato Grosso reagiu. Liderados pela Famato, prefeitos, deputados e senadores da bancada ruralista, eles discutem medidas que possam ser impetradas para sustar o efeito das publicadas pelo governo. O deputado federal Homero Pereira diz que o decreto 6321 é inconstitucional porque estabelece penalidades que só poderiam ser criadas por força de lei.

Até o fechamento desta edição, havia um

consenso pela formatação do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, para garantir segurança jurídica ao setor. Na época em que muitos adquiriram terras na região, a Lei restringia a reserva de matas virgens a 50%; depois mudou para 80%. Isso fez com que pessoas que trabalhavam legalmente se vissem de repente na ilegalidade. Assim, muita gente adquiriu o hábito de passar longe dos cartórios. Agora, a MP exige o cadastramento de todas as terras. "Não temos nenhuma segurança de que, obedecendo à lei em vigor, estaremos legalizados para o resto da vida", diz Ricardo Ariolli, produtor e diretor da Comissão de Meio Ambiente da Famato.